

De Potosí a Ouro Preto: um esboço comparativo

Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre

“O OURO É o metal mais sublime e mais admirado que a terra produz... Entre outras virtudes que a natureza lhe conferiu, uma é singular: a de confortar a fraqueza do coração e provocar alegria e magnanimidade, afastar a melancolia e clarear os olhos na escuridão...”¹

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade realizar uma análise comparativa² entre a mineração na América espanhola dos séculos XVI e XVII e o ciclo minerador na América portuguesa, mais precisamente nas Minas Gerais do século XVIII. Para que tal apreciação pudesse ser cumprida, se fez necessário elencar alguns dentre os tantos aspectos que constituíram este processo de extração de minérios.

Deste modo, a construção do quadro comparativo que será proporcionado tem por caráter inicial apresentar as características que permearam a colonização das coroas espanhola e portuguesa, ou seja, mostrar as peculiaridades que perpassaram de formas semelhantes ou distintas a exploração econômica nestes dois impérios coloniais. Com isso serão expostos de uma forma mais geral, elementos como a preponderância da política econômica da Espanha e de Portugal sobre seus domínios na América.

Após esta breve exposição dos dados que compuseram a colonização do reino Ibérico, frisarei como se incidiu de fato a descoberta de minérios nas colônias e os sinais peculiares que diferiram ou se assemelharam dentro de ambos os processos. Em meio a eles apontarei a mão-

¹ JUAN DE ARFE Y VILLAFANE, *Quilator de la plata, oro y piedras*, Valladolid, 1572; reprodução em fac-símile, Madrid, 1976, fº 23v. In., BETHELL, Leslie. *História da América Latina Colonial: América Latina Colonial*, volume II /organização Leslie Bethell. Trad. Mary Amazonas Leste de Barros e Magda Lopes – São Paulo: Ed: USP, 2004. p.99.

² Para a formulação deste quadro comparativo entre os componentes da mineração espanhola no século XVI e XVII e portuguesa nas Minas Gerais do século XVIII, foi aqui utilizada, sobretudo a obra, de LOCKART, James, SCHWARTZ, Stuart B, *A América Latina na época colonial*. Trad. Maria Beatriz de Medina – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

de-obra utilizada nas zonas mineiras, mais especificamente evidenciarei como se deu o regime da chamada *encomienda e mita* na América espanhola e a força de trabalho escrava utilizada na região das Minas Gerais.

Ainda dentro deste campo da mão-de-obra, apresentarei algumas das técnicas de extração empregadas na retirada de minérios, que ao longo do seguimento minerador foi ampliada e diversificada.

Além deste fator da força de trabalho usado na América, também farei a colocação dos aspectos internos da economia mineradora, dentre eles ostentarei o sistema de tributação e os impostos arrecadados por este nas colônias. Do mesmo modo explicitarei o comércio que se desenvolveu nas cidades, uma vez que este foi outro ponto de grande relevância que se fez presente e necessário com o estabelecimento do processo de extração mineral.

Igualmente mostrarei algumas das funções administrativas desempenhadas dentro destas sociedades mineradoras, entretanto não poderia deixar de evidenciar as características da organização social e religiosa que se puseram ao longo do alargamento destas regiões.

Já no momento final discorrerei sobre algumas das conseqüências e impactos que procederam da decadência e fim da mineração tanto no cenário espanhol quanto português. Como poderá ser visto, tais resultantes giraram em torno não só do eixo econômico, mais também político e social.

2. COLONIZAÇÃO ESPANHOLA E PORTUGUESA

Os aspectos que compuseram a nomeada economia mineradora nas colônias da América espanhola entre os séculos XVI e XVII e, da zona mineira portuguesa nas Minas Gerais do século XVIII, não podem ser compreendidos sem antes nos atermos a um conjunto de características que formaram a política econômica de exploração ao longo do processo de colonização da coroa Ibérica na América, como veremos na citação que se segue:

Las fuerzas expansivas, económicas y políticas, que impulsaron a España y Portugal al descubrimiento y conquista de regiones ultramarinas, determinaron también la conformación del ordenamiento económico en el imperio colonial americano. Se desarrolló un capitalismo colonial rapaz, que veía sus posibilidades de

beneficio en el oro, la plata, per as y otros productos preciosos del Nuevo Mundo.³
(KONETZKE, 1979, p.264).

Como podemos observar na menção acima, as duas coroas trataram rapidamente em averiguar se no Novo Mundo seria possível a afirmação de um sistema colonial que lhes fornecesse uma considerável condição de beneficiamento econômico. Se nos basearmos em uma estrutura estatal-patrimonial destes dois reinos, podemos notar que ambos os monarcas quiseram logo estabelecer o monopólio sobre a extração e comercialização de certas matérias-primas, a fim de assegurar os direitos de propriedade que conferiam à monarquia.

Por isso, é possível entendermos que ao se confirmar a possibilidade de exploração econômica nas terras americanas recém conquistadas, o reino espanhol quis rapidamente assegurar o seu domínio estatal sobre este território e evitar que se ampliasse a posse destas riquezas por estrangeiros.

No entanto esta ação por parte da coroa espanhola em buscar imediatamente no espaço americano por matérias-primas como minério, se difere um pouco em relação à atitude do reino português, uma vez que este último também ocupou as terras brasileiras recentemente apropriadas, mais não firmaram de imediato uma **extração mineral** como no caso espanhol que procurou metais preciosos por todos os cantos da América levando a uma ágil exploração e colonização da sua porção do continente. Ou seja, deve ser marcada aqui a diferença que existiu desde o ato colonizador das duas monarquias com relação à atividade de retirada de minérios como a prata e o ouro, isto pode ser observado e entendido na citação que se segue:

É por isso que deve ser assinalada a diferença que existiu entre a mineração colonial espanhola e a mineração colonial portuguesa. Aquela apareceu no início da colonização; era uma atividade conhecida e praticada pela primitiva população colonial; apresentava características geológicas que exigiam grandes empresas fixas e técnicas avançadas de exploração. Esta surgiu quando a colonização tinha dois séculos

³ La explotación económica de los imperios coloniales español y portugués. In. KONETZKE, Richard. *América Latina. La época colonial*, volume II - História Universal siglo XXI - México – Ed: XXI, 1979. p. 264-286.

de vigência e realizara uma expansão horizontal e vertical considerável.⁴ (SODRÉ, 2002, p.155-156).

Partindo desta menção, é possível esclarecer que a ocupação portuguesa nas terras americanas se deu de modo diferenciado da instalação espanhola, como é possível notar ainda na fala do autor Nelson Sodré:

... ocupara a faixa litorânea, em largos trechos separados por largos intervalos, devassara a Amazônia, o sertão nordestino e parte do sul, montara uma estrutura de produção importante, como a do açúcar, mas a população não conhecia a atividade mineradora, nem da parte do indígena, nem da parte do europeu ou do elemento de origem européia.”⁵(SODRÉ, 2002, p.155-156).

Mesmo com esta desigualdade no aspecto minerador da colonização espanhola e portuguesa, devemos apontar por traço característico a cobiça das monarquias ao promoverem o desenvolvimento econômico das províncias americanas, o seja o interesse parcimonioso da metrópole foi sempre presente e se manifestou antes do monopólio do domínio marítimo e comercial, por um determinado círculo mercantil no qual não tratarei aqui. Entretanto, devemos levar em consideração que as questões econômicas não foram sempre decisivas e preponderantes, uma vez que o fator religioso teve grande importância devido ao papel desempenhado pelos jesuítas na propagação da fé cristã e conversão dos nativos na América, pois estes conseguiram não totalmente mais em sua maioria aliar o alargamento econômico destas localidades com a difusão do catolicismo.

No entanto, mesmo com este conjunto de aspectos que levaram a um desenvolvimento destas colônias, fica muito evidente que a estrutura econômica que vai subsidiar basicamente a Espanha é a mineração, enquanto no caso português a mesma não se deu a princípio, primeiramente porque metais preciosos não foram encontrados próximo da costa litorânea e segundo que nem índios nem portugueses tinham conhecimento da atividade mineradora, o que só foi feito dois séculos mais tarde da colonização.

⁴ A expansão aurífera, In: SODRÉ, Nelson Werneck, *Formação histórica do Brasil, 1911-1999*, Ed: 14 – Rio de Janeiro: Graphia, 2002. p.155-156

⁵ *Id., ibid.*, p. 155-156.

3. A DESCOBERTA DE MINÉRIOS

O movimento que se deu em direção à descoberta de minérios dentro da América espanhola e portuguesa se mostrou diferenciado, uma vez que o aparecimento de metais preciosos ocorreu em momentos e em conjunturas distintas do processo histórico de colonização realizado pelos dois reinos.

Se primeiramente nos ativermos à busca de minérios no caso espanhol poderemos perceber que já em meados do século XVI – entre 1540 e 1570 – ainda dentro do processo de conquista e posse das terras recém conhecidas, os espanhóis mostraram de maneira plenamente definida quais seus interesses reais com relação ao território a pouco apreciado. Isso pode ser visto na frase de Cortés quando este disse ao mensageiro de Montezuma: “Eu e meus companheiros sofremos de uma doença do coração que somente o ouro pode curar”⁶.

Não somente nas palavras de Cortés, mais na constatação de que o ouro acumulado durante séculos fora saqueado nas duas décadas, 1520-1540, em que se assistiu a conquista militar espanhola da América Central e América do Sul e principalmente, pela extração de prata que predominou tanto em volume quanto em valores produzidos nos anos que se seguiram e que serão apresentados mais adiante no presente trabalho.

Entretanto, esse traço da extração de minérios pelos espanhóis ainda dentro do processo de conquista, vai se distinguir ao realizarmos uma analogia à mineração portuguesa, já que somente após quase três séculos seguidos do descobrimento do Brasil em 1500, a corte portuguesa foi submersa com relatos de fabulosos achados de ouro no Brasil, com isso faz-se interessante examinar o quadro histórico em que a mineração na América portuguesa se constituiu, já que do ponto de vista externo, acelerava-se a transformação na economia européia que passava por uma alteração do modo feudal ao modo capitalista de produção.

Processa-se na Metrópole, deste modo, a transição entre a fase de associação de interesses com o capital comercial holandês gerado pela produção açucareira colonial e a fase de subordinação econômica à Inglaterra. Podemos entender diante desta conjuntura, que o reino

⁶ Francisco Lopez de Gomara, Cortés: *The Life of the Conqueror by his Secretary*, Berkeley / Los Angeles, 1966, In., BETHELL, Leslie. *História da América Latina Colonial: América Latina Colonial*, volume II /organização Leslie Bethell. Trad. Mary Amazonas Leste de Barros e Magda Lopes – São Paulo: Ed: USP, 2004. p.58.

português passava por uma fase de estagnação, devida ao um particular declínio no valor da exportação de açúcar. Este último realmente, deixa de ser o monopólio de Portugal, já que surgem, outras áreas coloniais de produção, especialmente as desenvolvidas pelos holandeses. Nesta última como na inglesa e francesa, às técnicas mais avançadas permitem uma melhor produtividade, com isso Portugal possui uma desfavorável concorrência que leva a uma estagnação econômica e sucessivas desvalorizações cambiais.

Em conseqüência há um reajustamento das importações em nível muito mais baixo do que antes, podemos resumir que: a economia metropolitana e colonial, extremamente vinculada, atravessava uma difícil fase de crise e a economia colonial ia sendo forçada a adaptar-se às transformações que estavam emergindo no ocidente europeu, por isso “os metais preciosos vieram aliviar momentaneamente os problemas financeiros de Portugal”. (FAUSTO, 2004, p.98).

Logo, podemos compreender que mesmo sendo uma exposição de informações que freqüentemente careciam de fundamento, tais dados despertavam a lógica aparentemente inegável de que um continente que havia fornecido aos espanhóis tanta prata, ouro e esmeraldas devia igualmente possuir metais preciosos na parte do Tratado de Tordesilhas (1484) que tinha sido atribuído aos portugueses e que poderia, contudo, amenizar as atribulações econômicas nas quais a coroa passava.

Ainda dentro desta análise, podemos evidenciar que o processo de mineração português vai aparece somente de fato, no século XVII vinculado a prática obtida pelos bandeirantes paulistas no conhecimento do ouro de lavagem que estes adquiriam, ao penetrarem cada vez mais no interior do Brasil em busca de escravos índios e de metais preciosos, pois “ninguém dúvida que, tendo partido em busca das pedras verdes e prata, Fernão Dias Pais ajudou a desbravar o caminho para o encontro mais tarde de minas de ouro”. (HOLANDA, 2003, p.289). Mas somente ao final do ainda século XVII e primeira metade do século XVIII o Brasil assumiu suas riquezas minerais, no entanto é importante destacarmos que ambas as colonizações convergem para um mesmo fim: a corrida pelo ouro.

Outros pontos que também se diferem ao longo do processo de descoberta de minérios pelos espanhóis e portugueses, é que estes primeiros realizaram descobertas iniciais de metais, essencialmente o ouro, em regiões mais próximas à costa litorânea, tanto que tendo diante dos olhos a promessa do ouro, colonizaram primeiramente as Antilhas e ainda, dispunham em suas

mãos de nativos da América pré-colombiana que sabiam onde extrair e como trabalhar o ouro para fazer adornos utilizados segundo a conformidade de seus cultos religiosos.

Por outro lado, as descobertas lusitanas ocorreram já de caráter inicial numa área ao interior, a da serra do Espinhaço, nas séries geológicas Minas e Itacolomi, do Algonquiano, como rochas matrizes e depósitos aluvionais. O ouro exige, assim, desde logo, transporte para chegar ao litoral, roteiros para circular e por se tratarem de depósitos superficiais, que não demandam esforço de vulto ou de obras importantes de exploração.

Prontamente, notamos que diferentemente das primeiras extrações de metais preciosos realizadas na América espanhola, temos na colônia brasileira a mineração se dando em uma zona nova e distante do litoral, que obriga o contínuo deslocamento dos exploradores e que nos exhibi ainda, que estes últimos são produtos de expedições de caráter geralmente privado e não possuem conhecimento técnico especial, nem investimento de vulto. Apesar deste ponto diferenciador, podemos destacar um outro elemento que se fez presente no momento mais inicial da exploração mineral espanhola e principalmente portuguesa, tal componente corresponde à motivação quase que febril ocasionada pela chegada de notícias à Espanha de que, se encontrara no “Nuevo Mundo” metais preciosos, isto por sua vez provocou o deslocamento de muitos imigrantes para as terras recém descobertas, mesmo com a cautela da coroa em evitar a entrada de estrangeiros.

No caso português também tivemos uma corrida por minérios. Os paulistas tentaram de fato manter essas descobertas em segredo e excepcionalmente suas, o que fracassou, e logo que a notícia se disseminou houve a chamada corrida do ouro, que se deu com maior intensidade não somente por estrangeiros, mais principalmente por indivíduos de dentro da colônia que partiam de diversas regiões como vemos nesta citação: “Das cidades, vilas, fazendas e florestas do Brasil partem brancos, pardos e negros” (LOCKART e SCHWARTZ, 2002), escreveu um observador quando um grande número de pessoas partiu rumo às minas. Para que tenhamos apenas uma imagem da resultante deste movimento populacional que se deu rumo às minas, notemos que “a população de Minas Gerais em 1776, excluídos os índios, era superior a 300 mil habitantes, o que representava 20% da população total da América portuguesa e constituía a maior aglomeração da colônia” (MAXWELL, 1985, p.109).

Os tipos de metais e principais minas que se constituíram na economia mineradora são itens que também devem ser apresentados e comparados como elementos essenciais entre a

América espanhola e portuguesa, uma vez que se mostraram diferenciados entre si. Primeiramente tratemos do caso espanhol, uma vez que a mineração de metais preciosos na América espanhola se deu em maior parte pela prata, e em menor extensão o ouro, o oposto das minas brasileiras. Os minérios de metais básicos, apesar de comuns em terras americanas de posse da coroa espanhola, foram pouco explorados durante o período colonial.

As Antilhas foram colonizadas primeiramente pelos espanhóis devido à promessa do ouro, entretanto pouca quantidade destes minérios foi encontrada nas ilhas, por isso os espanhóis foram atraídos pelas visões douradas do ouro em direção a Istmo, mais tarde para a Nova Espanha e em seguida para o Peru. A Nova Espanha havia começado a revelar seus depósitos de prata por volta de 1530, em Sultepec e em Zumpango, perto da Cidade do México, no entanto o filão mais rico de prata foi explorado nas proximidades de Potosí, em 1545. Mesmo com a descoberta de outros veios de prata em Nova Granada, no Chile e em Honduras, estes se mostram insignificantes em comparação com outros, principalmente Potosí.⁷

No Peru em 1563, mais precisamente em Huancavelica é descoberto o metal “mais precioso” para o Império, o mercúrio, tão necessário para o refino da prata, o que demonstra uma clara diferenciação entre o mineral a se mais explorado na América espanhola e portuguesa, já que esta primeira potencialmente extraiu a prata, o ouro em quantidades menores e esmeraldas ao leste de Nova Granada, sendo que este último minério foi igualmente encontrado Brasil e explorado em quantidades pequenas ainda pelos bandeirantes.

No caso brasileiro se deu em maior abundância a presença do ouro cada vez mais que se penetrava no interior do Brasil, entretanto a especulação deste nas regiões adentradas acabou por gerar uma especificidade do Brasil em relação à mineração na América espanhola. Primeiramente porque a coroa portuguesa na primeira metade do século recebia informações dos achados de ouro na colônia, em oposição à coroa espanhola que acompanho de modo mais ativo a extração de minérios no território americano, já que a descoberta destes, como já foi dito anteriormente, se deu ainda no processo de conquista da América e “escortada” em grande parte pelos conquistadores espanhóis.

⁷ Apresento aqui os outros distritos mineiros, são eles: Nova Espanha (1530); Sultepec e Zumpango (1530); Taxco e Tlapujahua (1534); Porco (1538); Chile central (1541); Carabaya (1542); Nova Galícia (1543-1544); Charcas (1545); Zacatecas (1546); Guanajuato (c.1550); Pachuca (1552); Sombreete (c.1558); Santa Bárbara (1567); Santo Luis Potosí (1552); Castrovirreina (1555); Huancavelica (1563).

Nesta conjuntura em que seu deu a descoberta de ouro no Brasil, Portugal ainda acabou por sofrer, com inúmeros pedidos de apoio as descobertas, entre eles podemos citar a ajuda: financeira, de concessão de títulos honorários, de autorização para uso de trabalhadores ameríndios e da provisão de equipamento de mineração como pólvora, chumbo e aramas de fogo. Em sua maioria, estes pedidos eram ilegítimos ou sobremodo exagerados. Para uma melhor exposição de algumas destas jazidas encontradas, monto uma tabela com as respectivas datas de descobertas e regiões, que se seguem abaixo:

Jazidas de ouro descobertas na colônia brasileira entre o período de 1695-1754.	
Ano	Região
1695	Rio das Velhas – Minas Gerais.
1702	Jacobina, Serro do Rio, Itocambiras e Sertão - Bahia.
1701-1702	Espírito Santo.
1718-1719	Rio Coxipó e Rio Cuiabá – Mato Grosso.
1720	Minas Gerais.
1725	Rio Vermelho – Goiás.
1726-1734	Rio das Contas, Rio Pardo, Rio Verde – Sertão: Rios Araçuaí, Fanado e Água Suja – Bahia.
1734	Rio Guaporé - Noroeste de Mato Grosso.
1739	Serra da Baituração - Ilhéus – Bahia.
1745	Rio Arinos – (afluente do Rio Tapajós) – Mato Grosso.
1750	Traíras e São Félix – Goiás. Cararis Novos – Pernambuco.
1754	Confirmação da designação real de “áreas de mineração” em: São Paulo, Minas Gerais, Cuiabá, Mato Grosso, Goiás, comarcas de Jacobina, Rio das Contas e Minas Novas de Araçuaí, na Bahia.

4. A MÃO-DE-OBRA NAS MINAS

A mineração na América espanhola teve sua mão-de-obra baseada no labor indígena, este regime de trabalho por sua vez foi mais bem organizado com o término do período dos, “tempos de exploração e conquista [que] cediam a vez ao assentamento efetivo”. (CARDOSO, 1983, p.79), afim de que fossem desenvolvidos melhores sistemas de extração, o que não ocorreu nos grandes distritos mineiros portugueses uma vez que estes recorreram á escravidão africana, forma de mão-de-obra que já era característica do Brasil havia dois séculos.

Logo, o processo de organização da força de trabalho nas colônias espanholas e portuguesas se passou de maneira distinta. Para que compreendamos esta ação se faz necessário entender que a busca por americanos nativos na América espanhola aconteceu especialmente em regiões nas quais existiam uma população densa e que mais tarde se tornaram núcleos centrais do império espanhol, devido a descoberta de minérios.

Entretanto, como a sede pela mão-de-obra era grande pela maioria dos colonizadores, a escravidão foi assim em quase toda parte o primeiro sistema de trabalho, com isso os líderes dos grupos espanhóis reconheceram a necessidade de um sistema de distribuição ou racionamento que fornecesse uma força de trabalho aos poderosos de uma maneira que se evitassem disputas entre os mesmos. Deste modo foi aplicado o chamado sistema de *repartimientos* utilizado na Castela da Reconquista que consistia: na divisão pelos reis, das terras e povos conquistados entre os indivíduos merecedores de recompensa.

No México e no Peru a força de trabalho denominada *repartimiento* mais tarde foi chamada de *encomienda* e tinha por finalidade compartilhar de modo mais ou menos amigável a oferta de mão-de-obra com os primeiros colonizadores, no entanto à medida que o tempo passou a *encomienda* não se tornou um benéfico feudal, mas um arranjo contratual entre a coroa e o conquistador, no qual este último tinha um número determinado de índios pagadores de tributos que ficava sob seus cuidados materiais e espirituais por parte do clérigo, em troca do direito de extrair quantidades grosseiras e prescritas de trabalho e produtos.

Pelo fato deste sistema da *encomienda* acarretar questões problemáticas com a coroa e morte de muitos nativos, ficou então estabelecido um novo regime de trabalho em 1570, o chamado recrutamento forçado, que foi denominado na Nova Espanha de *repartimiento* e de *mita* no Peru (e *Quíchua*, para os nativos). Este sistema de trabalho (*repartimiento*) antecedia o ano de 1570, pois em 1530 prontamente se tinha nativos sendo enviados para as minas na Guatemala, visto que esta forma de trabalho para os índios se tratava da *mita*, regime que já era conhecido e praticado pelos Incas e Astecas (*coatequilt*). Deste modo, os espanhóis fizeram uso do sistema de *mita* já existente que por sua vez consistia em um rodízio que enviava um grupo de *mitayos* por cerca de seis ou doze meses para as minas e depois eram substituídos por outros grupos, apesar de muitos *mitayos* jamais retornarem.

Em oposição a esta forma de trabalho na América Espanhola temos a mão-de-obra escrava usada na extração de minérios na colônia brasileira, a mesma se fez presente ao longo

de todo o processo da economia mineira tanto no ciclo do ouro quanto do diamante. Estes cativos foram introduzidos “introduzidos principalmente pelos difíceis caminhos do sertão vizinho da Bahia, através do porto do Rio de Janeiro e do Caminho das Minas” (OILIAM, 1993, p.44) além da vinda predominante de grupos africanos específicos como os Bantu e Mina.

Entretanto com a extração de metais preciosos ocorreu um deslocamento de mão-de-obra indígena (*mitayos*) na América espanhola e de escravos na América portuguesa das regiões responsáveis pela produção agrícola em direção as regiões mineradoras, isto resultou num déficit de gêneros alimentícios, justamente para aquela população urbana que se constituía em torno destas zonas mineiras, nos dois casos Potosí e Minas Gerais.

Outra característica que podemos atenuar é que em ambos os processos de mineração as condições de trabalho resultaram em fortes índices de mortes da mão-de-obra indígena e escrava, por motivos que vão desde doenças até desmoronamento das minas. Também é possível perceber um movimento semelhante por parte da mão-de-obra na América espanhola e portuguesa uma que vez que nesta primeira a *mita* levou a muitos *mitayos* comprarem sua saída da minas com seus *curacas* ou aos empregados, o que chegava a alguns casos ser vantajoso, já que a quantia que os *mitayos* pagavam para evitar o regime de trabalho era maior que o valor da prata por eles produzidos. No caso da escravidão das Minas Gerais, temos uma ampliação das perspectivas de ascensão do escravo e também de liberdade do trabalho nas minas, por meio das alforrias que cresceram consideravelmente neste período.

4.1 TÉCNICAS DE EXTRAÇÃO

Inicialmente as técnicas de remoção de minérios utilizadas na América Espanhola eram muito precárias, assim como no processo de mineração de Minas Gerais. Primeiramente no caso espanhol foi aplicado o chamado *sistema del rato* que eram túneis estreitos e sinuosos que surgiram naturalmente e se desenvolveram uma vez que os mineradores não tinham técnica alguma e a Coroa se encontrava ansiosa em extrair ao máximo metais preciosos. No entanto, a primeira melhoria das explorações subterrâneas veio com o corte de galerias de acesso

(*socavones*): túneis levemente ascendentes cavados desde a superfície para intersectar as galerias inferiores de uma mina.

A melhoria dessa extração da prata, principal minério das colônias espanholas, se deu com a compra de concessões adjacentes e a ligação de galerias umas as outras pelos mineradores, além da chegada aos centros mineradores de bombas para drenar as minas, o uso de cabrestantes movidos por força animal e técnicas de lavagem, para o caso do ouro.

O processamento após a retirada da prata se dá com o transporte da mesma para a denominada casa de fundição (*hacienda de minas* na Nova Espanha) ou *ingenio* como era chamado nos Andes, que ficavam próximas as vilas mineiras. A prata era triturada (*tahona*, arrastre ou *arrastra*) e após este procedimento esta se encontrava pronta para a amalgamação que ocorria no pátio, local onde a prata passa por uma série de etapas com diversas matérias-primas, entre elas o mercúrio que era controlado pela Coroa.

Já a mineração ocorrida na colônia portuguesa, tinha suas jazidas auríferas dividida em duas categorias principais: o ouro de veias e o ouro encontrado nos rios, a fonte. Os faiscadores garimpavam os cursos d'água, usando bateias de metal ou de madeira. Quando, a bateias eram osciladas, as partículas de ouro, devido a sua maior densidade se depositava no fundo e o material silicoso escoava pelos orifícios laterais. A mesma técnica era aplicada em operações mais elaboradas, chamadas *tabuleiros* ou era efetuadas nas margens dos rios e encostas, denominada *gruiaparas*. As aberturas feitas nas encostas recebiam o nome de *catas*. Quartzos e pedregulhos eram escavados e levados para a fonte de água mais próxima para serem trabalhados com as bateias, ou levava-se água até a cata fazendo com que as camadas de pedregulhos fossem trabalhadas por pressão hidráulica. A lama que restava passava depois por várias caixas de lavagem que prendiam partículas de ouro até um cocho, onde os escravos garimpavam os resíduos, este procedimento se denominava *lavras* que pediam um alto investimento inicial.

A mineração de veia ou de filão foi mais rara em Minas Gerais, mas, foi a técnica mais empregada no distrito de Jacobina, entretanto independentemente do método usado a presença da água era fundamental para o sucesso da exploração. Mesmo com processamentos distintos tanto na extração da prata espanhola quanto do ouro nas Minas Gerais, podemos constituir uma rede de pontos em comum com relação à inovação das técnicas em ambos os casos. Dentre elas podemos citar o pedido e envio de técnicos estrangeiros por parte do reino espanhol e

português, este primeiro mandou técnicos de origem alemã no século XVIII para ensinar o mais moderno método de amalgamação chamada *cazo y cocimiento*, e já este último, embora conste que o rei enviou engenheiros de minas para o Brasil ainda no século XVI, os pedidos que foram feitos no século XVIII de técnicos mineiros da Hungria e Saxônia ficaram sem resposta, o que acarretou num atraso tecnológico da extração de metais preciosos em relação às minas da América espanhola e resultou na limitação do desenvolvimento de máquinas de hidráulicas para aumentar a disponibilidade de água para as minas.

Outro ponto que se assemelha com relação às inovações aplicadas para a melhoria das técnicas de mineração especificamente do ouro por parte das duas coroas, é que ambas demandaram por uma grande quantidade de escravos oriundos da baía Benin na África Ocidental - a chamada “Costa da Mina – pois esta força de trabalho era considerada de certo já conhecedora de métodos de extração do **ouro** e da **metalurgia**, além de serem considerados trabalhadores mais resistentes á doenças e mais fortes que seus congêneres angolanos. Essa necessidade por negros-minas se deu, já que a mineração do ouro exigia muito esforço físico. O bateamento requeria que o homem permanecesse imerso até a cintura em águas frias, enquanto a parte superior do corpo ficava exposta ao calor do sol, isso resultava em insolação, pneumonia e entre outras doenças muito comuns. Todavia, “os portugueses estavam bem mais atrasados do que os espanhóis no que se refere à técnica da mineração, e o trabalho subterrâneo mais extenso nas Minas Gerais não se pode comparar com os do México ou do alto do Peru.” (BOXER, 2000, p.64).

Logo, podemos notar que mesmo com o uso da mão-de-obra indígena sob o regime da *mita* nas minas espanholas, também existia a aplicação de escravos africanos quando se tratava da extração de ouro, uma vez que estes possuíam a técnica necessária para tal atividade.

5. ECONOMIA

A mineração nos impérios coloniais americanos pagava direitos substanciais á coroa não somente sob as formas de sistema de trabalho, mas também sob a forma de extração e acumulação de capital através da tributação, cobranças essas que se deram de maneira distintas tanto sobre os minérios quanto dos colonos. Além do aspecto interno dos tributos, podemos

igualmente ressaltar o comércio desenvolvido nas vilas mineradoras que se constituíram dentro da economia mineira, como poderemos ver nos sub tópicos que se seguem.

5.1 TRIBUTAÇÃO

Entre os diversos tributos cobrados dentro das colônias espanholas e portuguesas sobre os minérios temos o chamado *quinto real* arrecadado pela coroa no *Nuevo Mundo*, sobre a produção de pedras preciosas, pérolas, ouro e sobre tudo a prata, que em algumas vezes, com intuito de incentivar a produção sofreu uma redução para o décimo, e em alguns lugares de importância secundária a corporação dos mineiros locais conseguiu persuadir a coroa a se contentar com um vigésimo. Entretanto, apesar dessas dificuldades, o quinto foi um dos impostos mais importantes do Novo Mundo espanhol, pois extraiu da produção grandes somas de dinheiro para a Espanha e outros locais da Europa Ocidental e Extremo Oriente. A coroa portuguesa por sua vez experimentou dezenas de métodos diferentes para taxar a produção de ouro, mas acabou por adotar assim como a Espanha o *quinto*.

Além do *quinto*, outras cobranças eram realizadas dentro das colônias, no caso espanhol temos uma arrecadação monetária (em dinheiro) o *per capita* sobre os índios, de um mesmo modo se apresenta sobre os escravos das Minas Gerais a requisição de um imposto denominado **capitação** que consistia da variação de uma taxa imposta sobre cada bateia em operação a uma taxa mais geral não só sobre os escravos, independentemente de sua função, mas também sobre pessoas envolvidas nos ofícios mecânicos e atividades comerciais. Em ambas as situações ocorreram insatisfações generalizadas por parte destes indivíduos, tanto que muitos indígenas acabavam por fugir de suas aldeias opressivas e a recorrer proteção paternalista das *haciendas*, o que por sua vez resultou ainda em um declínio na produção agrícola e aumento preços nas cidades.

5.1.1 COMÉRCIO

Foi possível notar um considerável crescimento do comércio dentro das vilas mineiras, uma vez que a demanda por gêneros alimentícios e ofícios específicos era procurada pelos habitantes que compuseram a população em torno da extração dos metais preciosos.

Nas colônias espanholas tinha-se uma produção agrícola realizada pelos nativos americanos, que por sua vez abastecia ao comércio dos grandes centros mineradores. De modo similar às vilas brasileiras que inicialmente foram abastecidas por regiões como o norte e nordeste que eram distantes de centros mineradores como Vila Rica, por exemplo.

Entretanto esse aspecto no fornecimento de alimentos foi se modificando nas Minas Gerais devido ao aumento da população que se constituiu nestas localidades auríferas, promovendo assim pelas empresas de comércios uma diversificação dos mercados e redes que pudessem abranger a toda comunidade, isto fica nítido na oferta de alimentos e na indústria de construção. Em parte com essa reação de não mais dependência da carne da região nordeste, ocorreu um desenvolvimento da pecuária dentro das próprias regiões mineradoras, além disto, nota-se a criação de um mercado imediato para aquelas pessoas que possuíam habilidades e ofícios como carpinteiros e ferreiros.

Dentro das zonas de mineração como Potosí do mesmo modo, percebemos uma ampliação do comércio local e uma comunicação cada vez maior das atividades comerciais destas localidades com redes comerciais maiores, uma vez que estas últimas se faziam importantes no abastecimento, como foram o caso do gado fornecido pela região Argentina e da coca boliviana que conferia aumento da resistência ao trabalho aos *mitayos* dentro das minas de prata. Além deste aspecto de provimento de gêneros de caráter alimentício, devemos ampliar o olhar sobre a criação crescente de ofícios como alfaiataria e carpintaria que eram executados por artesões não somente espanhóis, mas principalmente por índios, negros e pessoas de ascendência mista.

Mas de modo especial tanto na América espanhola quanto portuguesa pode se falar de um “barroco típico de cidade mineira”, já que estas envolviam ornamentação e douração extremamente bordadas de estruturas relativamente pequenas, o que resulto na busca do chamados **ofícios das artes**, ou seja, indivíduos como os ourives, douradores, batedouros de ouro. Com isso podemos observar um caráter autônomo dentro destas regiões mineradoras tanto na América espanhola quanto portuguesa, já que não mantinham este aspecto de relações exclusivas com a sua metrópole, mas de interação com outras localidades, até mesmo do exterior.

6. A ADMINISTRAÇÃO

Tanto na organização das regiões mineiras de Potosí quanto de Minas Gerais podemos averiguar que em ambas foram instauradas medidas administrativas centrais, a fim de que se promovesse uma certa estabilidade dentro destas localidades. No entanto nas duas regiões mineradoras, se confere uma disposição diferenciada de cargos e daqueles indivíduos que os ocupariam, uma vez que na colônia espanhola grande partes destes cargos de caráter administrativo eram preenchidas por sujeitos os chamados *cabildos* da própria região mineradora, enquanto no caso colonial brasileiro isto se fazia em parte por representantes enviados pelo coroa, como veremos a seguir de maneira mais clara.

Primeiramente apreciemos a estrutura administrativa colonial espanhola, que apresentavam os chamados vice-reis, alto cargo de nobreza, e as audiências que eram dirigidas pelos cargos de juizes e importantes núcleos sociais e profissionais da colônia. Havia ainda mais personagens que acompanhavam o vice-rei, são eles os *encomenderos* mais nobres e alguns indivíduos ricos da capital e de outras cidades espanholas, também existia escrivães, secretários e funcionários dos tribunais, além do cargo de procurador ou os chamados advogados sem diploma, que efetuavam a maior parte das representações perante o tribunal. Igualmente os governadores e vice-reis nomeavam governadores delegados de mandato curto, denominado às vezes de *corregidores*, para representá-los em todos os povoados espanhóis.

Diferentemente desta disposição, as regiões mineradoras portuguesas visavam promover um governo eficiente no âmbito local e regional, administrar a justiça e aplicar a lei e cumprir as obrigações reais de defender a fé. Para que estes preceitos se cumprissem se fizeram a *vilas* e as capitânicas, dentro destas foram colocados cargos ligados ao exercício da justiça como as *comarcas*. Ainda dentro deste aparelhamento administrativo existia a presença do *provedor-mor* e de juizes que vinham de fora das capitânicas ou vila, além da criação de uma guarda, mais precisamente de duas **companhias de dragões** que foram treinadas e enviadas de Portugal para Minas Gerais em 1719.

7. A SOCIEDADE MINEIRA

Em torno destes espaços mineradores de Potosí e Minas Gerais é possível constatar alguns traços e movimentos similares que arranjaram o espaço social destas duas economias minerais, dentre eles podemos evidenciar a presença de um grande movimento de massa humana em direção as zonas extrativistas de minerais, no caso de Potosí isto se deu com a descoberta da mina mencionada acima em 1545, enquanto que em Minas Gerais isto ocorreu de forma confirmada em meados de 1720. No entanto a imigração para a região de Minas Gerais é bem anterior a 1720 uma vez que a guerra dos Emboabas (1707-1709) permitiu a chegada dos paulistas a priori nesta região, a fim de tentar impedir a penetração dos portugueses.

Tanto no caso espanhol quanto português este deslocamento populacional em direção as minas acabou gerando um despovoamento de muitas outras localidades da colônia, como ocorreu em regiões como o Peru e do nordeste brasileiro. Ainda neste contexto populacional é plausível dizermos que o aspecto de miscigenação se mostrou fortemente dentro destas sociedades, uma vez que nas zonas mineradoras espanholas tínhamos dentro destas vilas a presença de índios, negros, mestiços, mulatos e estrangeiros, sendo eles não somente espanhóis mais “portugueses, napolitanos, alemães, holandeses.” (PRODANOV, 2002, p.66).

Na realidade de Minas Gerais, percebemos igualmente a formação de uma população heterogênea já que temos essencialmente a presença de migrantes portugueses, negros e mulatos, sendo que grande parte era composta por negros devido a forte concentração de escravos na região aurífera. Entretanto no cenário social “mineiro”, é importante apontarmos aquilo que se chama de “desclassificados do ouro” uma categoria social que não possui classificação, ou seja:

A camada dos desclassificados ocupou todo o vácuo “imenso que se abriu entre os extremos da escala social, categorias “nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização”. Ao contrário dos senhores e dos escravos essa camada não possui estrutura social configurada, caracterizando-se pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico, incerto e aleatório. (SOUZA, 1986, p.63).

8. A RELIGIÃO NA ZONA MINEIRA

Tanto na América espanhola quanto portuguesa a presença de entidades eclesiásticas e de seus membros se fez marcante nas crescentes sociedades mineradoras, no entanto esta atuação do clero se deu de formas diferenciadas nos dois casos.

Primeiramente tratemos da natureza pontifical na América espanhola, que assim como as outras organizações espanholas permaneciam instaladas nas cidades. Os arcebispos ficavam nas duas capitânicas de vice-reino, os bispos em outras cidades espanholas maiores e outros membros do alto clero no cabidos das catedrais; havia um segundo nível e mais baixo que ficava no campo com a finalidade de cuidar da instrução dos índios da *encomienda*. Dentro do mundo espanhol, a função e atividade do clero continuavam a serem as mesmas que existiam na Espanha, no entanto é o relacionamento com a população indígena que deve ser levada em consideração, visto que no certo sentido a paróquia rural ou *doctrina* era erguida sobre a unidade provincial dos índios, da qual, como a *encomienda*, adotava seu tamanho, forma e estrutura, sendo sua sede local, chamada cabeceira.

No entanto, na primeira geração a paróquia incluía-se na *encomienda*, integrada a ela, dependente dela e a ela subordinada, ao invés de ser uma instituição paralela, pois os *encomenderos*, contratavam individualmente os religiosos para trabalhar em suas concessões; pagavam-lhe salários e forneciam suprimentos retirados dos tributos que eles e sua equipe cobravam.

Este objetivo fundamental do clero em atuar junto aos nativos dentro da sociedade mineradora é distinta da operada pelos eclesiásticos no Brasil, já que a história religiosa da zona aurífera é reflexo do estilo e organização da sociedade local, pois ao contrário do resto do Brasil, onde as ordens regulares forneceram a estrutura e o estilo da vida religiosa, em Minas Gerais elas não tiveram papel algum, em vez disso o clero secular da hierarquia eclesiástica moldou a igreja mineira e fez com que esta, de certa forma, fosse mais conservadora e mais portuguesa do que em outras regiões do Brasil.

No que diz respeito à atuação por parte da igreja dentro deste contexto é possível apontarmos a presença das irmandades leigas que já existiam nas áreas litorâneas e que se desenvolveram rapidamente em Minas Gerais, como a do Santíssimo Sacramento. Patrocinadas pela hierarquia da igreja, as irmandades, organizadas para orações, obras de caridade, sociedades funerárias ou serviços sociais, proporcionaram o contexto de vida religiosa. Entretanto devemos ressaltar mesmo que secundariamente, a presença de uma instituição

indígena ou **irmandade religiosa**, derivada da sociedade espanhola, a *cofradía* que levantava fundos para não somente pagar as cerimônias religiosas da comunidade, mas também para atender aos salários dos padres e bispos em suas visitas. Algumas destas *cofradías* foram fundadas por pressões externas; outras desempenhavam o papel de corretagem e algumas poucas prosperaram e investiram em rebanhos, terras e outros bens.

9. CONCLUSÃO

Podemos conferir como aspectos conclusivos do presente trabalho que, se em seu tempo Potosí afetou toda a América do Sul, o impacto da corrida do ouro brasileira também foi muito além de Minas Gerais, gerando conseqüências importantes a curto e longo prazo tanto na América espanhola quanto portuguesa.

Tais conseqüências podem ser notadas basicamente quando temos a ocorrência de um afluxo de metais preciosos provenientes de fontes espanholas, nos séculos XVI e XVII e de fontes portuguesas, no século XVIII e ao mesmo tempo à ocorrência da etapa preliminar no processo de transição do mercantilismo para o capitalismo, o que acabou provocando uma “distribuição” desta prata espanhola por várias zonas produtoras e a concentração do ouro português em uma delas, a inglesa. Esta última acaba recebendo um forte impulso com a presença dos metais preciosos dentro deste contexto em que ela se encontra inserida, uma vez que nesse processo de passagem para o capitalismo a Inglaterra emerge com vanguardeira, ao contrário da Holanda que decai com a subordinação do capital comercial ao capital industrial.

Outras ocorrências que se formaram com o processo de mineração foram os deslocamentos populacionais para as regiões produtoras de minérios, o que ocasionou um aumento significativo da população dentro dos distritos mineradores e ao mesmo tempo um acréscimo dos níveis de miscigenação.

Também é possível destacarmos o impacto do processo de extração mineral a ampliação do mercado interno das colônias como alargamento da produção agrícola.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETHELL, Leslie. *América Latina Colonial: América Latina Colonial*, volume II / organização Leslie Bethell. Trad. Mary Amazonas Leste de Barros e Magda Lopes. São Paulo: USP, 2004.
- BOXER, Charles R. A. “O ouro das Minas Gerais”. In. *A idade de ouro do Brasil: dores do crescimento de uma sociedade colonial*. Trad. Nair de Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. “Senhores e Índios: Minas e Fazendas na América Espanhola”. In. *História da América Latina*. Trad. Fernando Antônio Faria. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FAUSTO, Boris. “Ouro e Diamantes”; “A Coroa e o Controle das Minas”; “A Sociedade das Minas”. In. *História do Brasil*. São Paulo: USP, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Metais e pedras preciosas”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II. Rio de Janeiro: Bert and Brasil, 2003.
- KONETZKE, Richard. “La explotación económica de los imperios coloniales español y portugués”. In: *América Latina. La época colonial*, vol.II. México: Siglo XXI, 1979.
- LOCKART, James e SCHWARTZ, Stuart B. *A América Latina na época colonial*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MAXWELL, Kenneth. “Confrontação”. In: *A devassa da devassa. A inconfidência mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- OILIAM, José. *O negro na economia mineira*. [s.l.]: [s.n.], 1993.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. “A complexidade social”. In: *Cultura e sociedade mineradora: Potosí: 1569-1670*. São Paulo: Annablume: Feevale, 2002.
- SODRÉ, Nelson Werneck. “A Expansão Aurífera”; “O Ouro Muda o Mundo”. In: *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.
- SOUZA, Laura de Mello e. “Da utilidade dos vadios”. In: *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.